

ARTIGO

A IMPRENSA PERIÓDICA E A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854-1889)

PERIODIC PRESS AND THE CONSTRUCTION OF CHILDHOOD IN THE PROVINCE OF PARANÁ (1854-1889)

JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS*

RESUMO

O artigo ancora-se nos conceitos de infância e representação social. Toma por fonte a imprensa periódica do século XIX, interrogando-a como testemunha e agente dos eventos que relata. Tem por objetivo identificar as representações sobre a infância da criança livre em alguns dos jornais impressos na Província do Paraná entre os anos de 1854 a 1889 e as sensibilidades e atitudes na relação entre adultos e crianças que elas visavam reforçar ou modificar.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Representações. Imprensa. Século XIX. Província do Paraná.

ABSTRACT

The present paper is based on the concepts of childhood and social representation. Its source consists of the periodic press of the nineteenth century, questioning it as witness and agent of the events reported. It aims at identifying the representations about childhood of free children in some of the newspapers of the Province of Paraná between 1854 and 1889 and the sensibilities and attitudes in the relationships between adults and children that they aimed to reinforce or change.

KEYWORDS: Childhood. Representations. Press. 19th century. Province of Paraná.

Introdução

No princípio era a infância. Ao menos, era nesses termos que a *Gazeta Paranaense*, em 17 de dezembro de 1884, concebia a criança, ou melhor, o tempo da vida vivido por ela:

A criança é a chavezinha dourada com que se abre o edifício do futuro, é o prólogo que sucede a vida, é o prelúdio desta triste ou alegre partitura, cujo primeiro ato começa cristalina e entre as paredes acetinadas do berço, cujo derradeiro acorde só tem por eco os côncavos solitários das sepulturas sombrias.¹

A oposição entre beleza e morbidez nos alerta que a representação do tempo infantil no século XIX podia ser resultado de outras, respeitantes a diferentes aspectos da existência humana, como o nascimento e a morte. Todavia, esse cruzamento de representações se colocava a serviço de uma determinada sensibilidade de infância, calcada na certeza de que, sem a criança do hoje, não existe o homem do amanhã.

No caso do texto acima, as metáforas utilizadas queriam tornar mais palpável aos leitores o impacto dessas representações. Seja como “chavezinha” que dá acesso a outro lugar (mas chavezinha “dourada”, porque valiosa, parecida com aquelas que abriam pequenos compartimentos em que se depositavam coisas de valor e não tão simples com as costumeiras chaves de ferro de portas rústicas que davam para o quintal das residências); ou como “prólogo”, que introduz os expectadores em uma peça teatral (como as que começavam a ficar cada vez mais popularizadas na Província, conforme atesta Maria Thereza

Britto de Lacerda em importante estudo²); ou ainda o “Prelúdio” que abre as grandes peças de música (sejam elas tristes ou alegres, bem lembra nosso autor anônimo); todas essas metáforas aqui colaboram para a veiculação de uma representação social que insiste que o futuro se constrói a partir do presente e que passa, necessariamente, pela criança. Essa criança, contudo, vivia um momento de vida – a infância – com algumas características muito peculiares, que a tornavam tão diferente dos adultos. Características, essas, que vinham sendo largamente propaladas, por variadas maneiras, na imprensa periódica paranaense, colaborando para a afirmação da alteridade dessa etapa da existência, numa época em que ela mesma ainda estava em fase de produção.

Com efeito, o Oitocentos é o período no qual a criança adquire nas sociedades ocidentais de um modo geral centralidade nos discursos de médicos, políticos, intelectuais, pedagogos e da própria família,³ o que impôs transformações nas relações dos adultos com as crianças, mas também, na própria percepção dos tempos da vida. Apesar disso, a produção dessa centralidade não se fez sem contradições nessas mesmas sociedades, como tem evidenciado a historiografia. Na França, tentativas de reforma moral voltadas para crianças em instituições correccionais como a Petite-Roquette (uma cadeia infantil) beiravam o sadismo e a tortura, baseadas que foram na moderna racionalidade científica sobre a infância.⁴ No seio das famílias burguesas, tidas por abrigo seguro e acolhedor, iniciações sociais e sexuais psicologicamente traumáticas eram efetivadas com frequência nos Estados Unidos e Inglaterra durante a Era Vitoriana, conforme demonstrou Peter Gay.⁵ Houve crianças, ainda, que vivendo a infância na cidade moderna, passaram ao largo de toda essa

sentimentalidade, como foi o caso dos pequenos trabalhadores das indústrias europeias, onde, conforme Colin Heywood, “as autoridades estavam mais preocupadas com os pecados da ‘indolência e do ócio’ entre os jovens que com o trabalho em excesso”.⁶ De maneira geral, Peter Stearns considera que a sociedade ocidental do século XIX “acompanhou a criação do moderno modelo de infância com uma série de adornos que ao mesmo tempo colocavam expectativas quase impossíveis e gravavam uma série de novas restrições e constrangimentos”⁷ já que nem todas as crianças poderiam gozar daquelas condições idealizadas e nem todos os adultos estavam prontos a proporcioná-las a seus filhos, de modo que suas próprias existências eram testemunho concreto dos limites da infância oitocentista.

No Brasil, as coletâneas organizadas por Mary Del Priore⁸ e Marcos Cezar Freitas⁹ também demonstram essa oscilação que marcou a afirmação da infância em nosso país, no século XIX. Por um lado, delineiam os diferentes espaços por onde a criança circulava no período imperial: as embarcações marítimas, as rodas de exostos, a Guerra do Paraguai, a Casa Grande, a Senzala, a cidade. Por outro lado, as diversas pesquisas que os compõem e se ocupam do período, confirmam as contradições ocidentais. Por exemplo, Mirian Moreira Leite, ao trazer para a discussão a infância presente nos relatos de viajantes e livros de memória, deixa latente o fato de que os olhos desses inúmeros estrangeiros contemplaram diversos momentos do cotidiano da criança, que ia do sofrimento à alegria, da indiferença ao cuidado, do ocultamento no interior das casas à visibilidade alegórica em procissões.¹⁰ Tudo ao mesmo tempo, ora em espaços idênticos ora em espaços diversos,

mostrando que em torno das experiências da criança a palavra chave naquele momento era heterogeneidade e não homogeneidade e a sensibilidade relativa à infância, algo em processo de fabricação com vistas à produção de um novo tipo de relação entre adultos e crianças. Assim, não é por acaso que a imprensa paranaense do período tenha dedicado uma quantidade razoável de tinta e papel para ajudar a disseminar entre seus leitores representações acerca da infância que se queria por ali também produzir.

A infância, enquanto uma construção social sobre um período da vida humana que informa as experiências concretas de ser criança em cada época histórica,¹¹ torna-se, por essa sua característica de constructo, objeto de múltiplas representações sociais ao longo do tempo, visando, nos contextos específicos em que estas são forjadas, demarcar as diferenças e especificidades dos pequenos na sua relação com os adultos. Como define Roger Chartier, representações são “esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.¹² Tais esquemas, por sua vez, são “produtores do social, posto que enunciam as divisões e classificações posteriores”¹³ sobre as quais se organiza e se ordena esse mundo no qual vivem seus enunciadores/produtores.

Com base nessas considerações teóricas e historiográficas, mas olhando para um contexto e uma fonte específicos – o Paraná Provincial e a imprensa periódica que ali circulou entre os anos de 1854 a 1889 (datas balizadoras do ano de fundação do primeiro jornal local e do fim do período provincial, com a queda da monarquia) –, a hipótese em tela é de que uma das dimensões do mundo social a serem ordenadas e

coordenadas foi, justamente, a das relações entre adultos e crianças, com especial ênfase às especificidades desta última, sobre as quais as representações sobre a infância veiculadas pela imprensa podem ter buscado intervir, tanto reforçando quanto propondo novas sensibilidades e atitudes da parte dos adultos para com os pequenos. O objetivo deste artigo, assim, é o de identificar as representações sobre a infância da criança livre¹⁴ em alguns dos jornais impressos na Província do Paraná e as sensibilidades e atitudes na relação entre adultos e crianças que elas visavam reforçar ou modificar.

A escolha pela temática justifica-se, sobretudo, pela quase ausência de investigações acerca da infância paranaense no Oitocentos (com exceção daquelas encetadas tangencialmente pela Demografia Histórica ou nas interfaces da História da Educação).¹⁵ Penso que qualquer estudo histórico que venha a ser feito futuramente e que intente compreender o que pode ter sido o “ser criança” nesse período e região, precisará, necessariamente, levar em conta também as representações em circulação que informaram tal experiência. Nesse caso, o conhecimento do que era veiculado pela imprensa é, certamente, um bom ponto de partida.

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, reúno breves apontamentos sobre a imprensa na Província do Paraná bem como demarco alguns elementos levados em conta na operação historiográfica que, aqui, toma-a por fonte. Na segunda parte, interpreto, junto do leitor, um conjunto de representações sobre a infância veiculadas nas páginas dos jornais que circularam na Província do Paraná entre os anos de 1854 a 1889. Ao final, encerro com considerações, a modo de conclusão.

A imprensa na província do Paraná: testemunha e testemunho histórico

Foi em 1º de abril de 1854 que a população da recém-criada Província do Paraná¹⁶ viu circular o primeiro jornal ali impresso. Cândido Martins Lopes, proprietário e redator, batizou sua folha com um nome que, segundo ele, nem precisaria de explicação, mas que procurou explicar assim mesmo, afirmando que tinha

por fim despertar e fazer perdurável a lembrança do dia 19 de dezembro de 1853, em que, com a posse do presidente (...) teve lugar a instalação da Província do Paraná, satisfeitos assim, por derradeiro, os mais antigos e incessantes votos de todos os seus habitantes.¹⁷

O *Dezenove de Dezembro*, além de ser o primeiro, foi o jornal de maior duração no período provincial. Chegou com alguns meses de atraso, não podendo assistir à instalação da Província ocorrida em dezembro de 1853, mas só deu seu último número depois da extinção dela, em abril de 1890, já no Regime Republicano. Assim, ao longo de trinta e seis anos, com exceção de um ano e meio em que deixou de circular, assistiu e participou ativamente da vida dos paranaenses.

Se na década de 1850 reinou quase absoluto na cena jornalística local (com exceção de uma Revista Literária de curtíssima duração, *O Jasmim*), tornou-se o decano dos demais jornais que foram sendo criados: na década de 1860 apareceram mais 12 periódicos; na de 1870 21 outros “campeões” (como eram chamadas as folhas neófitas pelos colegas mais antigos de lide jornalística) e na última década do Império 102 jornais, num total de 136 folhas periódicas postas em circulação na Província do

Paraná.¹⁸ Geograficamente, os locais de publicação também foram dilatando-se: se na primeira década da Província apenas Curitiba contava com jornais próprios, seria seguida por Paranaguá (a partir de 1860), Antonina (1873), Morretes (1879) (localidades do litoral), Lapa e São José dos Pinhais (1880), Castro (1883) e Campo Largo (1885) (localidades do planalto e da região dos Campos Gerais). Quantitativamente, a maior parte dos jornais eram impressos em Curitiba e Paranaguá, mas, a partir da década de 1880, algumas cidades como Castro já contavam com tipografias, ainda que rudimentares se comparadas as que se utilizavam na capital e na marinha.

Entrementes, deve-se ter presente que a maioria desses jornais teve vida efêmera, não passando por vezes do primeiro número. J. Coruscante, um viajante que visitou o Paraná em 1886, década de auge das publicações periódicas, relata que em Curitiba, lugar de efervescência tipográfica, havia apenas 4 jornais em funcionamento

Sendo um único diariamente publicado: é a *Gazeta Paranaense*. (..) Um desses quatro jornais é escrito em alemão, sendo seu redator e proprietário o sr. A. Lindemann, intitulado *Der Pionier*. É de formato mais que regular. É mais noticioso que literário. Ocupa-se mais de imigração do que de política. O *Dezenove de Dezembro* é órgão do partido liberal; mas pelo que vejo pouco se ocupa de política e ainda menos de coisas literárias. Reduz-se a publicar anúncios e a pedidos e dar uma ou outra local. Publica-se duas vezes por semana. (...) O quarto jornal é *A República*. Batalha pelas ideias modernas. Cuida muito de política, mas nada de literatura. É uma bela alma distanciada, a correr muito; mas não é a alma atual do paranaense. Com certeza, *A República* não há de fazer a república.¹⁹

Em Paranaguá, o outro polo impressor paranaense, o mesmo viajante afirma que havia dois periódicos, “o *Livre Paraná*, que só cuida de

política e o *Comercial*, que só trata de... transcrever. Em número redondo, seis jornais para toda a Província! Há no Paraná 9 comarcas e mais de 20 cidades e vilas populosas: e só duas localidades tem jornais!”²⁰

Para se medir melhor o alcance dessas considerações, beirando a ironia, mas ainda assim reveladoras da circulação de jornais no Paraná, vale o contraste com outra fonte. Somente na capital da Província, de acordo com o catálogo de jornais de Romário Martins, entre 1885 e 1886 foram 11 os novos jornais que saíram dos prelos das tipografias²¹ sendo que ao tempo da passagem do viajante apenas 4 efetivamente existiam e permaneciam em funcionamento. Mesmo para períodos anteriores, embora não se disponha de informações como a de J. Coruscante para saber quantos eram os jornais em efetiva circulação em determinados momentos, por meio daqueles títulos que puderam ser por mim localizados e constituem coleções de pelo menos cinco anos, parece que a situação foi mais ou menos essa: na década de 1860, em Curitiba, apenas 1 jornal em efetiva circulação, em 1870, 3 ou 4 e em 1880 o panorama descortinado pelo *touriste*. Somando-se a eles aqueles publicados em Paranaguá, talvez se acrescente 1 a cada quantidade acima apontada. Todavia, essa constatação não deve nos levar a minimizar por demais o alcance dessas publicações, mesmo aquelas que mal nascendo, já morriam.

Em primeiro lugar, devido ao hábito bastante disseminado (embora nem sempre explicitado) da “distribuição geral”, que consistia em tão logo o primeiro número de uma folha ser publicado distribuí-lo entre a população, estabelecendo o acordo tácito de que aqueles que não o devolvessem estariam dando seu consentimento de aceitação e tornando-se assinantes,²² há que se ponderar que boa parte desses impressos pode

ter conhecido usos bem mais nobres que as lixeiras de uma província onde abundavam papel e tinta. E mesmo que do descarte possam não ter, ao fim e ao cabo, escapado, suas ideias e posições tornavam-se ao menos em parte conhecidas desses leitores aos quais os números inaugurais eram endereçados. No caso da publicação não vingar, dificilmente se conseguiria realizar a cobrança da suposta assinatura contraída, mas ainda assim, o periódico já cumprira, abreviadamente, a missão que lhe dera motivos para ser impresso.

Em segundo lugar, desde sua chegada, a imprensa paranaense não conhecia limites geográficos, tanto que nos preços anunciados das assinaturas, que geralmente podiam ser trimestrais, semestrais ou anuais (o uso da venda avulsa parece só ter passado a existir quando a publicação já tinha certa estabilidade, de forma que essa modalidade de venda não viesse a causar insegurança ao empreendimento), se incluíam os valores a serem pagos se o jornal precisasse ser enviado pelos correios, para fora da capital ou da marinha para o planalto.²³ A frequência de publicações a pedido no estilo do hodierno “direito de resposta”, vindas de várias regiões da província, atesta que os jornais chegavam efetivamente a seus múltiplos destinos, constituindo uma rede de comunicação entre seus leitores. Assim, mesmo com um número pequeno de periódicos em efetiva circulação na maior parte do período provincial, seu alcance era significativo o suficiente para ser desconsiderado ou reduzido em excesso.

Em terceiro lugar, apesar do baixo índice de alfabetização na Província – semelhante ao que se encontrava no Brasil Império como um todo – parece que, até prova em contrário, deve-se concordar com Maria Lúcia Pallares-Burke no sentido de não se menosprezar o alcance que a

imprensa teve na vida dessa parcela letrada da população, por exemplo, por meio das práticas de leitura em voz alta. Desse modo, mesmo os que não sabiam ler “na qualidade de ouvintes, podiam, pois, participar do mundo das letras e do que era veiculado pela palavra impressa”.²⁴ Da mesma forma, entre as elites letradas, a prática da leitura em voz alta pode ter amplificado ainda mais o alcance da palavra impressa nas páginas dos jornais paranaenses. Segundo os estudos de Maria Thereza Britto de Lacerda, sobre a Associação Literária Lapeana - agremiação fundada no Paraná, na cidade da Lapa, com a finalidade de organização de uma biblioteca e construção de um teatro, na década de 1870 e que teve muitas congêneres em outras cidades da Província – esta realizava com regularidade sessões de sarau, nas quais não é improvável que muitas vezes jornais (alguns exemplares, por sinal, ainda existentes no acervo dessa sociedade) tenham sido objeto de leituras que, como indicam diferentes fontes oitocentistas, faziam-se em voz alta, entrecortadas por melodias ao piano e conversas amenas.²⁵

Que tipos de jornais eram esses, tanto os que conheceram longa vida como o *Dezenove* e como os que mal nascendo já morriam – e que foram a maioria? Basicamente, embora pudessem ter uma variedade de subtítulos do tipo “folha agrícola”, “folha literária, noticiosa e comercial”, “folha literária”, “órgão do partido conservador” ou então “dedicada a quem não sofre do mal da pindaíba”, parece que circularam por ali três tipos (principais) de publicação jornalística, ainda que minha classificação trabalhe mais com generalidades que especificidades.

O “tipo” a que tenho chamado jornal de notícias, trazendo obviamente notícias, anúncios, publicações a pedido, mas oferecendo

também um pouco de literatura e crônicas do cotidiano, é o mais fácil de conhecer e identificar, especialmente, porque nele se incluem as coleções mais ou menos completas que chegaram até nós, como a do *Dezenove de Dezembro*, *Comércio do Paraná*, *Vinte e Cinco de Março*, *A Província do Paraná* e o *Echo do Paraná*. Penso que mesmo os outros tipos a que me referirei em seguida, também participavam ora em maior, ora em menor medida, desse gênero. Jornais dedicados aos interesses de um partido como *O Paranaense*, *Gazeta Paranaense*, *Livre Paraná* e *A República*, dentre outros, podem perfeitamente ser incluídos aqui, pois possuíam essa estrutura descrita, embora bem mais recheados de política que os citados anteriormente.

O segundo “tipo” é o que tenho chamado de publicações literárias e “científicas”, que, embora também pudessem trazer notícias, críticas políticas e anúncios, dedicavam a maior parte de suas páginas a veiculação de produções literárias, tanto paranaenses como transcritas de outros periódicos e alguns artigos nos moldes da ciência oitocentista. Destes, pode-se destacar *O Jasmim*, o *Itiberê* e *A Revista Paranaense*, dos quais se conhecem coleções quase completas, mas também outras das quais dispomos apenas de um ou outro fragmento, como *O Coritiba*, *O Futuro* e *Oitenta e Nove*, dentre outros tantos. Aqui incluo também publicações estudantis, que proliferaram a partir de 1880, visto que igualmente davam publicidade a produções literárias de jovens estudantes, como foi o caso de *A Opinião*. Mesmo as únicas duas revistas ilustradas da Província, *A Revista do Paraná* e a *Galeria Ilustrada*, embora tivessem por diferencial o uso de paisagens e caricaturas litografadas, podem ajustar-se a esta categoria, pois, fora essa peculiaridade, dedicaram grande parte de suas páginas à

veiculação de produções literárias como, a título de exemplo, as famosas “Canções em Metro” de Raul Pompéia.

O terceiro tipo pode ser classificado como o de publicações variadas – e desde já assinalo que é categoria bem imprecisa, mas parece poder abarcar uma profusão de gêneros que exigiriam bem mais que a breve apresentação que está sendo feita nos limites deste artigo. Nela, eu incluo algumas folhas dedicadas ao humor, como foi o caso de *O Esfola Gato* e o *Diabo Azul*, dentre outros; jornais comemorativos, possivelmente, em alusão a datas como a abolição ou o carnaval; jornais confessionais, geralmente protestantes e espíritas (surgidos nos últimos anos do Império) e publicações institucionais, de propriedade de escolas ou agremiações.

A que vinha essa multidão de jornais e periódicos na Província do Paraná? Quais eram as intenções de seus redatores ao publicá-las? Que papel eles atribuíam a esses jornais? Da leitura contínua desses periódicos – ou, ao menos, daqueles que chegaram até nós no tempo – fica evidenciado que essa imprensa periódica assumia para si o papel de força concreta de ação no presente em que era produzida, levando a sociedade paranaense de um estágio de atraso a outro de progresso e desenvolvimento, no compasso dos modelos de sociedade tidos por civilizados. Nesse ímpeto por transformar, pronunciava-se sobre os mais variados aspectos da vida dos seus leitores, um dos quais, o das relações entre adultos e crianças, ora denunciando certos tratamentos dados aos pequenos, ora valorizando os que considerava adequados ao tipo de sociedade moderna que ali se queria construir.

De uma parte, nesse processo, como vem nos alertar Robert Darnton, a imprensa não apenas relata, mas torna-se, ela própria,

importante ingrediente dos acontecimentos que dá a ler.²⁶ As notícias que transmitia aos leitores, por sua vez, devem ser encaradas pelo historiador não como aquilo que aconteceu, mas “relatos sobre o que aconteceu”,²⁷ o que implica considerar que o modo como são relatadas, os recursos estilísticos, as ênfases, os silêncios e as diferentes versões de uma mesma notícia em diferentes jornais, são fundamentais para a crítica do seu testemunho.

De outra parte, ao mesmo tempo em que a imprensa, no século XIX, constituía-se numa tribuna a partir da qual seus redatores – muitos deles políticos, bacharéis em direito, médicos e intelectuais, metidos nos mais diversos campos da vida pública oitocentista – com suas representações de mundo visavam intervir na realidade e mesmo tecer-lhe suas críticas, ela também oferece ao historiador, na qualidade de testemunha histórica, evidências de como outras pessoas menos notórias entendiam as mesmas questões abordadas pelo impresso, sobretudo, nas colunas de publicações a pedido, anúncios e contribuições literárias, nas quais é possível identificar posições as mais diversas, enunciadas muitas vezes, à revelia dos próprios redatores.²⁸

Por conta dessas duas dimensões é o que o testemunho da imprensa é rico de significados, na medida em que nela e por meio dela confluem e refluem toda ordem de representações sociais, o que lhe conferia força e importância naquele tempo e, no momento em que o historiador sobre ela se debruça, riqueza de informações, a modo de testemunha histórica. Assim munidos, passemos a interrogar o seu testemunho acerca das representações de infância que, através de páginas

impressas, a imprensa colocou em circulação na Província do Paraná.

Representações da infância na imprensa periódica paranaense

Parcela significativa das representações de infância que emergem da imprensa paranaense partilhavam de uma visão positiva e romântica (no sentido literário do termo) deste tempo de vida da criança. É certo que algumas vezes, foram fabricadas por ocasião da morte desses pequenos, momento de grande dor e comoção na vida das famílias brasileiras do século XIX, conforme lemos em Luiz Lima Vailati.²⁹ Contudo, como assinala Norbert Elias, a morte é sempre problema dos vivos,³⁰ de modo que pode-se afirmar que, nesta hora de lágrimas, eram os valores caros a estes que acabavam sendo escolhidos para compor a representação da infância ideal, aquela que os adultos viam como sendo a de suas crianças vivas/falecidas.

Em 1885, quando morreu a filha do professor Nivaldo Braga, a *Gazeta Paranaense* assim se manifestou: “Ontem, às 5 ½ da manhã o nosso amigo (...) perdeu sua inocente filhinha, Iphigênia, de 7 anos de idade, vítima de padecimentos contra os quais foi impotente a ciência” E mais: “Na mansão dos mortos (...) aquele anjo pedirá ao onipotente força e resignação para seus estremecidos pais, que lamentam e choram a falta de tão caro ente”.³¹ Em 1887 foi a vez de Hipólito Alves de Araújo perder Jesuíno, seu “filho estremecido” ficando o pai “privado dos risos inocentes dessa criança”.³² Anos antes, em 1884, era João Negrão quem perdia o “estremecido” filho, “essa criança a quem idolatravam os seus

virtuosos pais, [que] por seu gênio, pela docilidade do seu espírito e pela reconhecida bondade de sua alma, devia muito cedo pertencer somente para rodear e glorificar o onipotente”.³³ No círculo da intimidade celeste, João foi reunir-se à inocente Isabel, que em 26 de setembro de 1883 deixara o mundo. Era ela, segundo noticiou o jornal, aquela que “juntava à vivacidade do espírito uma razão prematuramente desenvolvida. Calma, pensadora, de uma inteligência desenvolvida muito imprópria aos 6 anos de idade, parecia indicar alguma coisa extraordinária”.³⁴ Já em 1888 era Joaquim da Silva, diretor de *A República* que dava adeus ao seu “inocente filhinho Tenório, de 8 meses de idade”,³⁵ sendo seguido na dor por Joaquim Teixeira Ramos, cunhado de um redator da mesma folha, que entregara aos céus “a inocente Ana, idolatrada filhinha”.³⁶ Em 12 de outubro de 1864, o *Dezenove de Dezembro* também dirigia palavras de pesar a José Mathias Gonçalves Guimarães, que num incêndio, perdera a filha, que mesmo não tendo o nome mencionado, era um “anjo que contava apenas 9 anos de idade.”³⁷ Ainda poderíamos juntar à esta lista “a inocente Maria Clara”,³⁸ o “inocente Júlio”,³⁹ a “inocente Dovina, de 5 anos de idade”,⁴⁰ a “inocente Estrella”,⁴¹ a “interessante filhinha de nome Elthezira de 2 anos de idade”⁴² e o igualmente inocente Christóvão.⁴³

É óbvio que essas treze crianças eram diferentes umas das outras e muita coincidência seria se todas fossem “anjos” inocentes e idolatrados por suas famílias em todos os momentos de suas breves existências! Mas, é do repertório comum de adjetivos que emergem vestígios de uma representação que se fazia desse tempo da vida daquelas e de outras crianças: um tempo de docilidade, bondade, vivacidade, inteligência, mas, acima de tudo, de inocência. Não era porque morreram, mas porque

morreram na infância, antes de alcançar a vida adulta, que todas eram inocentes. Era esse tempo da vida que lhes conferia em particular essa qualidade que as tornava prontas a desenvolverem todas as demais virtudes que, agora, por meio da redação do jornal, ornavam suas mimosas coroas fúnebres.

Não é somente olhando para os pequenos caixões de crianças que cedo demais deixaram este mundo, vítimas de doenças ou desastres, que encontramos a infância nas páginas do jornal. Nós podemos lê-la, com mais leveza e sem lágrimas nos olhos, em poesias como a que figurou em *O Santelmo*, na sua seção de variedades, intitulada “A Inocência” e dedicada a um tal Bráulio Carneiro, que bem pode ser uma criança, hipótese plausível ao menos pelo teor dos versos que lhe eram oferecidos:

Do menino a fagueira inocência
Que num riso retrata o candor
E do lago fugaz transparência
Ou perfume suave de flor

É o rorejo que a noite derrama
E que a aurora surgindo destez [sic]
Meteoro que os ares inflama
Que na vida só brilha uma vez.

A inocência é o aroma da infância
É o incenso que sobe ao altar
E em nossa alma derrama fragrância
Que nos faz outros mundos cismar

É a imagem da vida dos anjos
Quando em coros saúdam a Deus
Doce nota de um hino de arcanjo
Melodia cantada nos céus.

A inocência é um misto de sono
De candura, folguedo e não mais
Se um momento o menino é tristonho

Vem um riso e a tristeza desfaz

Nos enlevos da vida inocente
Nessa quadra de maga isenção
Tudo é mimo e prazer ao vivente
Que a inocência é da vida o condão

Mas nos céus um fuzil aparece
Ruge o vento, rimbomba o trovão
E do lago o cristal se escurece
Puras águas revoltas estão.⁴⁴

Linhas atrás foi de crianças de carne e osso que a inocência visava resumir como teria sido a infância. Aqui, era evocando um menino de papel e tinta (mas de quem Bráulio poderia ser o alter ego) que novamente essa virtude comparece como sendo “o aroma da infância”, “a imagem dos anjos”, um misto “de sono, de candura, folguedo” capaz de fazê-la da vida o condão! Em meio a esse farfalhar de penas de anjo e cheiro de incenso, está a representação deste tempo da vida humana não só como diferente do tempo do adulto – a inocência própria da infância, lembra o poeta, “na vida só brilha uma vez” –, como marcado por uma aura capaz de igualar os infantes aos anjos do céu.

Afinal, em que mundo viviam esses redatores e autores que tinham seus textos publicados em jornais? Garanto que viviam no Paraná e não no mundo das fadas. Nesse mundo, havia crianças como Jayme Schweng, para quem o pai deu uma festa para celebrar o seu 9º aniversário,⁴⁵ numa clara demonstração de apreço pelo menino; como o filho de um tal Francisco Manoel de Assis França que, veio a público, como faziam muitos outros pais, agradecer a algum dos esculápios locais por livrar “de uma enfermidade mortal o único filho que tenho”⁴⁶ e

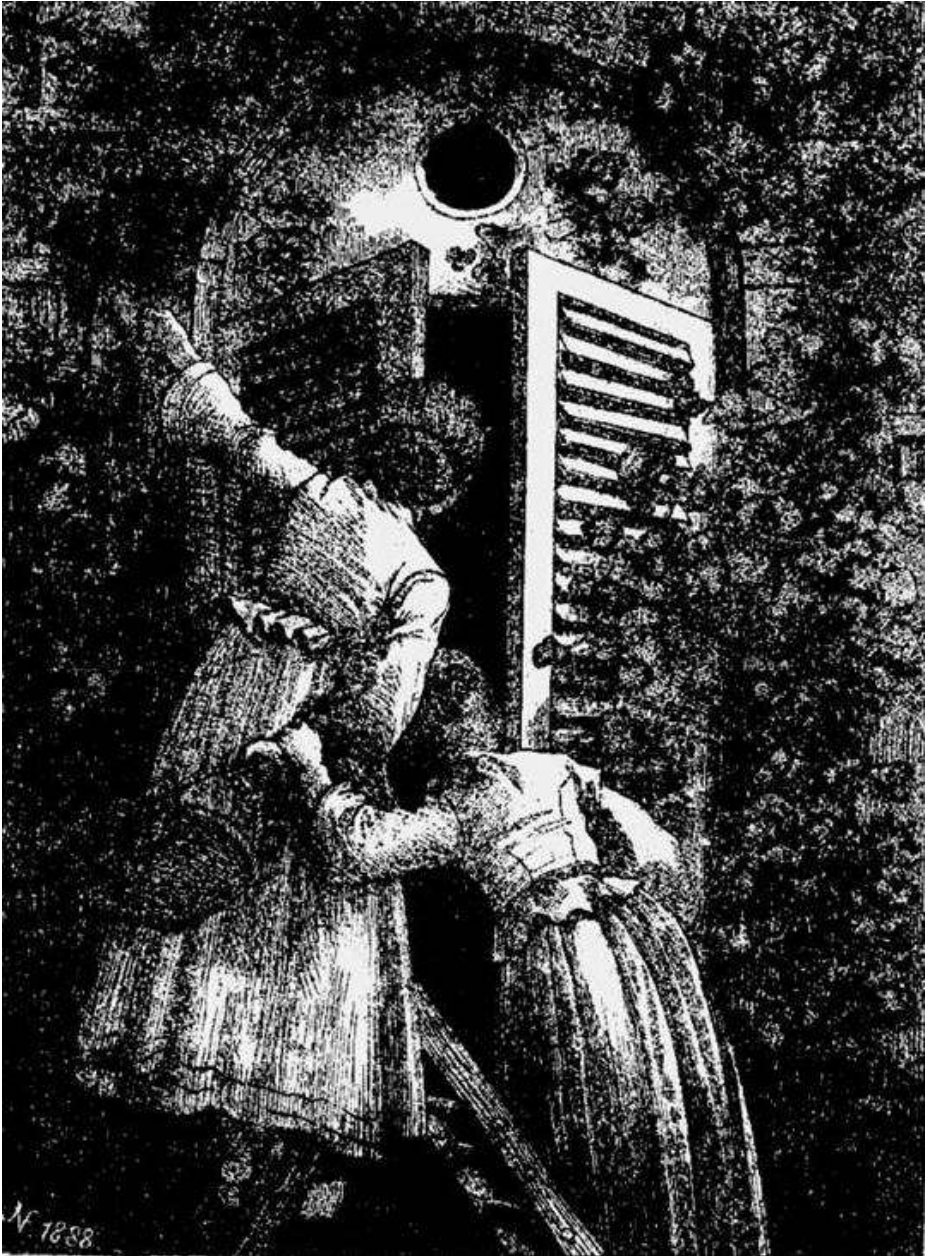
garantir que a morte não desse fim à alegria que o menino trazia à vida dos pais; ou ainda, como aquelas cujos pais podiam pagar 500rs para visitarem um Cosmorama instalado em Curitiba,⁴⁷ um Circo Olímpico com seus malabaristas⁴⁸ e até para ver tigres vivos apanhados por um caçador, por não mais que 320rs,⁴⁹ tudo para a diversão da petizada e cujo interesse não era desconhecido dos donos destes estabelecimentos, tanto que previam preços diferenciados para o público infantil. Cada um desses casos deixa ver que, movidos pela pureza, inocência e todas as características antes mencionadas, alguns pais cercavam de amor e afeto seus filhos.

Por outro lado, neste mundo também existiam crianças semelhantes aos dois pequenos irmãos assassinados pela própria mãe durante o sono, cujo crime fora denunciado pelo jornal;⁵⁰ como a “pobre polaca de oito anos de idade que implorava socorro contra a agressão impudica de um dos agentes da ordem pública”⁵¹ ou então, análogas à pequena Gertrudes de 2 anos que, saindo para a rua por um descuido do pai, acabou tendo o crânio esmagado por uma carroça, num episódio que na opinião do redator da notícia, deveria servir “para exemplo dos que entendem que o melhor lugar para ter seus filhos é a rua”.⁵² Todas essas notícias denunciavam a indiferença e violência que também marcava o cotidiano da criança paranaense e nas quais as representações angelicais de infância ainda não se fizeram sentir como esperado.

Como se vê, era esse mundo real, povoado por crianças amadas e maltratadas, alvos de atitudes contraditórias da parte dos adultos, que fornecia matéria prima para a imprensa produzir tais representações “douradas” e “angélicas” da infância das crianças paranaenses. Ela vinha

tanto das situações de afirmação quanto de negação desses ideais de infância. No primeiro caso, as representações visavam fortalecer a realidade; no segundo, modificá-la, no sentido de alinhá-la ao tipo de relação e atitude do adulto com a criança considerado o mais adequado, em função das características e especificidades desta última.

Mas, não só de asas e inocência se fazia a infância. Ela também era reconhecida e veiculada nas páginas da imprensa paranaense como um tempo de travessuras e peraltices.



A litografia acima ilustrava o conto intitulado “As Pequenas”, publicado na revista *Galeria Ilustrada*, em 1888. O contato prévio com a imagem certamente levava os leitores a suporem serem as meninas que espiam pela janela as pequenas de que fala o conto. A leitura deste, porém, revela que aquela cena poderia evocar outros significados, também ligados à ficção, mas relacionados a seu desfecho. Os leitores oitocentistas, assim como nós, viam-se obrigados a ler o texto para irem decifrando a bela litografia.

O conto tinha por enredo um episódio – os preparativos para a comemoração do natal – na vida de uma família “pobre”, formada pelo Pai, o Sr. Pereira “um rapagão de trinta e tantos anos, alto, de uma magreza excessiva e de olhares serenos, que manifestavam uma inquebrantável rigidez de caráter honrado”; a mãe, D. Catarina, “uma senhora respeitável, lhana, e não havia na vizinhança quem lhe taxasse um defeito por pequeno que fosse”; o avô, o velho Anastácio, que vivia com aqueles “usufruindo o parco rendimento de uma casa em que moravam uns calouros” e as duas crianças da casa, filhas do Sr. Pereira e D. Catarina: Lúcia e Amélia.⁵³

Na narrativa original, diferente da minha, as meninas é que são apresentadas antes de todos os demais, evidenciando assim a centralidade que ocupam não só na trama, mas também na sua família. Essas duas características confirmam que a família do Sr. Pereira pertencia muito bem ao segundo daqueles dois tipos caracterizados por Philippe Ariès, a família antiga e a família nuclear moderna: “A família antiga estava centrada em torno da autoridade paterna e da gestão da coroa. A família moderna se organiza em função da criança e de seu futuro”.⁵⁴

Lúcia, a criança mais velha, “era um diabretezinho de doze ridentes primaveras, esbelta, de olhos imensamente simpáticos e de lábios que tinham a cor vivíssima dos mais finos corais da Austrália” enquanto a mais nova, Amélia “essa era o mimo da casa paternal” Mas não só. Era

Um anjinho para quem sorria bonançosa a inocência celestial. Amélia, na doce placidez de um “dolce far niente” levava uma vida serena, fruindo os carinhos dos pais e saboreando constantemente os bombons que lhe trazia o vovô, um sexagenário que fazia todas as vontades possíveis de suas queridas netinhas.⁵⁵

Armados assim os personagens, o autor passa à cena que realmente lhe interessa. O avô, decidido a fazer uma surpresa às suas netinhas, põe-se a montar um presépio – mas quer fazê-lo em segredo, a fim de surpreender as meninas. Durante o dia de natal ele ficou escondido, repetindo o gesto de Francisco de Assis. O que ele não contava era com a curiosidade de suas netas, ou melhor, de uma delas, Lúcia, que acompanhada por outras meninas da vizinhança, pôs-se a investigar qual seria o local da montagem da cena natalina. Depois de tentar em vão obter a informação de sua mãe, reúne as amiguinhas e começa uma verdadeira caçada em busca do local. As imagens dessa procura infantil são descritas assim:

As pequenas começaram a sua ardilosa pesquisada, perscrutando pelos mil cantinhos da vastíssima horta (...) As criaturinhas internaram-se pelos lugares mais recônditos. As flores, coitadinhas, muito sofreram com o desenfreado rebuliço das meninas. Ora uma pobre violeta esmagada sob os palposos pezinhos de Lúcia; ora uma rosa esfolada ao tépido contato de uma daquelas fáticas e róseas mãozinhas; tais eram os despojos que a cada instante iam fazendo as vandálicas pequenas. E nada de descobrirem o segredo do velho Anastácio. - Vejamos, dizia Lúcia, vejamos se o vovô está naquele caramanchão. E foram

direitinhas para o lugar designado. Era um lindo caramanchão, artisticamente feito, cuja frente se perdia em meio de um tecido verdeescuro de perfumosas trepadeira silvestres. - Silêncio! Disse uma delas. - Silêncio! Responderam todas. A Lúcia, a sagaz feiteceirinha, escutou, por uma das fendas, se havia algum ruído que comprovasse a estada do avô naquele lugar, e virando-se para as outras, disse-lhes: - Oh, já descobri!⁵⁶

É neste ponto da narrativa que a imagem litografada (cf. de novo a Figura 1) se tornava decifrada pelo leitor – ao menos, no tipo de interpretação à qual o autor e o ilustrador queriam levá-lo. A cena representa duas meninas praticando uma grande travessura: acabando com a surpresa que um pobre velho queria fazer para elas. A representação veiculada na imagem, assim, é justamente outra característica do tempo infantil e que não era de modo algum esquecida pelos jornais oitocentistas: era esse um tempo de profunda atividade por parte das crianças, muitas das quais produziam artifícios capazes de inverter as relações de poder ordinariamente instituídas submetendo a vontade dos adultos à suas artimanhas e caprichos. Assim como as aparências enganam, a aparente transparência da imagem e da infância nela representada, também pode enganar, ou melhor, ser reflexo de que adultos e crianças não eram tão ingênuos assim e que a mesma imprensa que idealizava a infância, para que suas representações fossem coerentes, acabava evidenciando também esta outra dimensão intrínseca do sujeito infantil.

Se o desfecho da história é previsível – o avô, frustrado, reconhece “...Valha-nos Deus! Surpresa para crianças é coisa difícil de fazer-se!” e a estória tem seu finale – um dado colocado pela descrição feita das duas meninas no início do conto nos propõe um problema a ser interpretado e

que permite que se faça outra leitura dessa representação da infância: a contraposição “diabretezinho”, característica de Lúcia, a menina que efetivamente liderou a travessura e o adjetivo “anjinho”, qualificativo da personalidade de Amélia, a menorzinha das duas e que parece não ter participado da “caça ao presépio” e do “deboche-da-cara-do-vovô”.

Como vimos, no início do seu conto, o autor descreveu as crianças evidenciando ao leitor as características de cada uma e enfatizando, muito sutilmente, importantes diferenças entre as duas – diferenças que tiveram consequências na narrativa que ele desenvolveu. Os adjetivos são bem reveladores das diferentes infâncias que essas meninas de papel e tinta incorporam: Lúcia era um “diabrete” enquanto Amélia era o “anjinho” para quem sorria a “inocência celestial”. O que os redatores/autores queriam significar quando qualificavam uma criança de anjo e a outra de diabinho? O anjo, não é difícil de perceber, visava apontar que havia na criança atitudes ternas, doces, amenas, inocentes e tudo o mais que vimos em várias das outras representações que já conhecemos, mas com a notória vantagem de reuni-las todas sob uma mesma palavra, significadora do que de mais nobre e sagrado residiria na personalidade infantil. Mas, e o diabinho: a que outra dimensão da infância essa representação poderia remeter?

Robert Darnton, estudando a arte da calúnia e da difamação na França entre os reinados de Luís XIV e Napoleão, por meio de libelos, ocupando-se em especial de um deles “O Diabo na Pia Batismal” explica que “para o leitor moderno, a expressão pode sugerir uma força satânica solapando instituições sagradas, mas no linguajar comum do século XVIII, denotava apenas agitação frenética, mas fútil (...)”.⁵⁷ O diabo ou o

diabinho, na França do Setecentos, era, portanto, mais um deboche que uma ofensa. No Paraná de fins do século XIX o sentido dessa palavra, quando aplicado às crianças, ganhava conotação similar, embora mais complexa, voltada a definir com clareza características infantis. Não por acaso, um periódico humorístico publicado poucos meses antes do conto “As Pequenas” foi batizado de *O Diabinho*, o que foi explicado por seus redatores nestes termos:

Antes de tudo convém saber-se que a palavra – diabinho – alcançou, em nossos tempos, a mais amável das acepções. Estava visto que o diabo, ficando tão mal visto com a humanidade e sendo tão fecundo em invenção, havia de descobrir um meio de impor a simpatia de todos os seus queridos bebês. E inventou então o sentido amorável deste diminutivo com que os próprios pais exprimem carinho a seus filhos.⁵⁸

Com base nessa informação, já vamos percebendo que ao chamar Lúcia de diabrete (uma forma do diminutivo de diabinho) o autor do conto não estava produzindo sobre crianças arteiras como ela uma representação negativa, mas estava demarcando suas diferenças em relação aos “anjinhos”. O que faria uma criança parecer-se com um diabinho? Os redatores de *O Diabinho* adiantaram-se em também explicar: “O Diabinho representará na imprensa jornalística, o papel de uma criança que vive alegre como um pardalzinho e que diz as verdades próprias de sua inocência”.⁵⁹ Nesse ponto, se confirma que tal designação só podia ser uma referência amável a criança, posto que a diabrura nascia justamente, da inocência – a mesma tantas vezes anunciada e propalada como característica maior desse tempo da vida humana. Todavia, resta uma questão a ser compreendida: qual seria o limite entre a diabrura e o mau

comportamento? É novamente *O Diabinho* quem nos presta esclarecimentos:

Mas “O Diabinho” será mui diferente desses garotinhos que vivem pelas ruas a atirar pedras e a maltratar o cão e o gato dos vizinhos, quando não maltratam mesmo os vizinhos, com palavras indecentes, só próprias das crianças mal-educadas.⁶⁰

Aqui, essa representação da infância “diabinha” se torna compreensível para o historiador. A imprensa, mesmo romantizando esse tempo da vida e demarcando as características ideais – tanto almejadas pelos leitores para seus filhos como a que se queria implantar na vida dos que ainda não se portavam desse modo em relação a seus pequenos – ia ajudando por meio dessas mesmas representações e inclusive, comparações como as feitas por esse jornal, a estabelecer os limites da travessura, permitida e tolerável como própria do sujeito infantil e a má-educação, essa sim, caracterizada como o desrespeito aos adultos e aos animais, expressas em pedradas e palavras indecentes. Por sinal, não era incomum que os jornais dessem notícias semelhantes à descrição feita pelos redatores do *Diabinho*, com a sensível diferença de que, enquanto a deles era apenas um recurso literário, os pequenos das notícias eram de carne, osso e ousadia.

De acordo com uma notícia veiculada pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*, em fins de 1878, não estava nem um pouco seguro transitar pelas ruas da capital, Curitiba, fosse só ou acompanhado. Um grupo de meninos desafiava os passantes e o resultado era quase sempre o mesmo: ser ofendido, ou, para os de brio mais resistente, ver as ofensas

virem acompanhadas de uma rajada de pedras, bem distribuídas, tendo por alvo os transeuntes desavisados. O que se passava era mais ou menos o seguinte:

Má Educação – Descurada bastante é a educação que de seus pais, tutores e senhores recebe a desenfreada chusma de meninos que não só durante os dias como todas as noites, infestam as ruas desta capital. Grupos aqui ou ali, numa obra ou outra, tornam-se verdadeiro assombro dos pacíficos transeuntes aos quais dirigem vaias e desaforos, recorrendo a pedras quando não se acham satisfeitos. Várias pessoas classificadas e até famílias têm sido vítimas dessa meninada desenfreada, que recomendamos à autoridade competente. Uma vez tomadas as providências, o que esperamos, não devem os pais, tutores ou senhores incomodar-se se chegar em casa um filho, pupilo ou fâmulos cortado à chibata; o público não pode acarretar com o desleixo daqueles e a autoridade neste meio indica o meio [sic] que deve ser adotado.

A educação doméstica deve ser olhada com mais atenção.⁶¹

As emoções e reações que a notícia despertou nos leitores, pais e autoridades que leram o periódico, permanecem desconhecidas. Mas podemos supor que ela não teve o paradeiro esperado, haja vista que no ano seguinte, em outra folha, *O Paranaense*, uma notícia muito semelhante a essa apareceu na edição de 14 de fevereiro de 1879. Desta vez era sob a epígrafe “Menores Vagabundos” que o jornal noticiava:

Menores Vagabundos - É costume, ao escurecer, juntar-se em diversos becos de algumas ruas da cidade, grande número de menores que juntos são insolentes, atacando muitas vezes os transeuntes. Para aqueles ajuntamentos, concorrem filhos-famílias que iludem a vigilância dos pais a aprenderem os maus vícios da molecada desenfreada.

Parece de pequena importância, entretanto tomam estes maus ensaios grande parte na educação das crianças. Pedimos às autoridades competentes alguma providência e indicamos com especialidade, um dos becos, a rua do Rosário, para onde concorre diariamente, grande

número de menores e ali em algazarra, conservam-se até as dez ou onze horas da noite.⁶²

O fato é que situações como essa não eram tão incomuns assim na capital da Província, já sendo objeto de denúncias alguns anos antes. Em 1º de maio de 1875, foi a pedido de “vários chefes de família” que deu-se publicação nas colunas do *Dezenove* à pequena notícia:

Pouca Educação – A pedido de vários chefes de família, rogamos a quem competir a dispersão de uma chusma de meninos e moleques que à noite colocam-se nas esquinas e dirigem às famílias que passam chutes e palavras indecentes, isto além da grande gritaria que fazem.⁶³

Anos mais tarde, em novembro de 1880, era na cidade de Paranaguá que alguns meninos decidiram impedir os fiéis que lá participavam das novenas em honra à Virgem do Rosário (provavelmente, do Rosário do Rocio) de fazerem seu exercício espiritual com tranquilidade e piedade. O *Echo do Paraná* noticiou a questão como segue:

No lugar denominado *Alto* na embocadura do caminho do Rocio, reúne-se todos os dias grande número de meninos e não poucos *meninos* que já deviam ter discernimento, os quais vão ali no propósito de fazerem indecente algazarra e até de darem *vaias* estrondosas a todas as pessoas que voltam da Novena da Virgem do Rosário, o que põem em prática sem que ninguém lhes vá às mãos.

Recomendamos à polícia aquela comédia repugnante e indigna de uma localidade que se preza dos bons costumes de seus habitantes, antes que tais provocações originem qualquer desgosto sério.

Vá isto também com vista a alguns pais de família, cujos bons conselhos podem influir muito no caso.⁶⁴

Nos anos seguintes, ao menos nos jornais preservados e que puderam ser consultados, não foram encontradas outras notícias como essa, até 1889, quando um cidadão de Paranaguá, anonimamente, deixou na redação do jornal republicano *Pátria Livre*, impresso naquela mesma cidade, para a seção da folha denominada “bilhetes”, uma denúncia que rogava ao editor que fosse publicada. Por ter sido atendido nesse seu desejo, sabemos que

...Vive pelas ruas desta cidade um menino, tido por idiota e por isso é tolerado pelas diabruras que pratica. Tem a mania de lisonjear a quantos transeuntes encontra a fim de obter deles algum cobre e quando isso não consegue, não trepida em atirar pedras sobre os mais respeitáveis cidadãos. Tem, além disso, o costume de quebrar vidraças com pedradas e de expor a vexames até senhoras. Me parece que este menino, cuja família não conheço não tem uma boa direção e é mais devido a esta circunstância, talvez única, que ele vive a praticar semelhantes desacatos. Talvez, as autoridades a quem competir, queiram tomar alguma providência, não só para o bem público como para o dessa criança que por aí vive entregue à escola do vício e da maldade.⁶⁵

Em comum, essas cinco notícias que circularam pelos jornais da Província do Paraná, nos remetem, ora mais ora menos, nos fatos ali denunciados e cuja solução era reclamada, ao fenômeno da educação que devia ser dada àquelas crianças pelas respectivas famílias.

No episódio dos meninos atiradores de pedras, era pela educação andar meio descurada que se vivia tal espetáculo na Curitiba provincial. Por essa razão, ao finalizar, o redator do *Dezenove* reiterava que “a educação doméstica deve ser olhada com mais atenção” O *Paranaense*, por sua vez, embora culpe menos os pais do que fizera seu colega de lida jornalística, alertava que aquele mau comportamento dos meninos, que

juntos tornavam-se insolentes, fazendo algazarra até tarde da noite, aprendendo os maus vícios da molecada desenfreada, tomavam “grande parte” na educação daqueles menores. Em relação aos meninos barulhentos de Paranaguá, o *Echo do Paraná*, mesmo não intitulando a notícia como “má-educação” ou “pouca educação”, tal qual fazia o *Dezenove* na década de 1870, se refere a uma situação bastante parecida, ou seja, um acontecimento no qual a falta de educação pode ter estado entre as causas do tumulto realizado pelos meninos, tanto que, além de reclamar alguma atitude das autoridades, acrescenta que “os bons conselhos” dos pais de família “podem influir muito no caso”. Por fim, o *Pátria Livre*, por meio de um de seus leitores, denunciava que o menino em questão – aquele que lisonjeava os transeuntes para obter uns trocados e quando não era atendido partia para o uso das pedras como argumento de convencimento – agia como agia porque lhe faltava uma “boa direção” da parte de sua família (a quem o autor do bilhete afirma não conhecer), de modo que a criança estaria entregue “à escola do vício e da maldade”, a menos que providências fossem tomadas pelas autoridades competentes.

Diferente das representações anteriores que, ao valorizarem a inocência e a pureza infantil, visavam levar os leitores a tolerância, ao carinho e afeto para com os pequenos, essas, presentes nos noticiários, falavam de outra infância que não se podia ignorar – aquela passada na rua, naquele tipo de escola em que, segundo Arlette Farge, o pequeno francês das classes populares “vive como adulto, embora conserve prazeres e jogos infantis.”⁶⁶. Trata-se, ainda, de uma infância não pertencente às classes abastadas ou mesmo médias – como a da diabinha Lúcia – mas das classes que, na concepção oitocentista, poderiam ser

designadas de “inferiores”, no sentido de despossuídas do poder político e econômico. É uma infância cujos sujeitos que a viveram experimentavam, por fim, distintas condições de ser criança: a orfandade, a escravidão e, quiçá, o abandono e displicência de seus pais e responsáveis.

O detalhamento dado nas notícias, de fato, nos leva a imaginar uma pluralidade de situações familiares localizáveis nesse período: famílias chefiadas pelo pai, famílias “tuteladas”, famílias de escravos sob a tutela de um senhor. Por essa razão, a educação em falta tinha destinatários variados: filhos, pupilos, fâmulos, menores, filhos-família. Deixando de lado os filhos, cujo significado em princípio parece ser o menos problemático, encontravam-se em situação de uma educação tida por irregular pupilos (possivelmente, órfãos sob a guarda de um tutor), fâmulos (meninos que prestavam serviços, incluindo-se aí os escravos domésticos), filhos famílias (que poderia referir-se tanto a crianças como a adultos ainda vivendo sob o teto paterno, uma vez que sob tal designação a legislação brasileira era bastante abrangente) e menores (pessoas de 21 anos para baixo). Contudo, as notícias sugerem que esses diferentes personagens apenas viviam diferentes condições de infância, uma vez que existe certa insistência em relacionar a educação em falta como uma necessidade vital na sua formação, fazendo-nos pensar que se tratasse de pessoas de pouca idade, meninos, crianças e assim por diante. Uma evidência indireta de que havia a compreensão dessa diferença nos tempos da vida é o trocadilho de que lançou mão o redator do *Echo do Paraná* quando aponta que havia meninos e “não poucos *meninos* que já deviam ter discernimento” entre os causadores de distúrbios, sugerindo que no seu entender, se a atitude já era intolerável da parte de meninos menores

que ali estavam, o era ainda mais quando provinha dos maiores, que já deveriam saber a diferença entre o certo e o errado.

Esse tipo de infância, entretantes, cujas crianças que a viviam não conheciam limites para suas ações e relações com a sociedade, não podia ser tolerada, cabendo ser moldada e direcionada, por meio da educação. Mas, em que ela consistiria? Ao que parece, ela se referia à transmissão de certa ordem de comportamentos, que evitariam que aquelas situações indesejadas tivessem lugar. Esses comportamentos tinham, ainda, a característica de agir como freio, limite, dando rumo e direção à conduta da criança. Para seu ensino, poderiam ser empregados desde os conselhos paternos “que muito podem influir” até a chibata (mas que parece ter sido vista como ato extremo, um último recurso, quase que uma marmelada na hora da morte). Em todo caso, essa educação queria conduzir à criança e essa infância indesejada que vivia para os únicos modelos então aceitáveis, conforme acompanhamos nas páginas dos jornais: do anjinho, naquilo de mais belo e puro que a criança podia ter, ou do diabinho, que, fazendo concessões à criança para uma ou outra traquinagem, sabia claramente os limites a que atitudes nem sempre angelicais poderiam chegar.

Considerações, a modo de conclusão

Ao longo deste artigo, através de uma narrativa histórica e certa ordem de questionamentos a que a empiria disponível foi submetida, procuramos identificar as representações sobre a infância da criança livre em alguns dos jornais impressos na Província do Paraná entre os anos de

1854 a 1889 e as sensibilidades e atitudes na relação entre adultos e crianças que elas visavam reforçar ou modificar. A partir das interpretações assim construídas, é possível tecer algumas considerações, a modo de conclusão.

Nos jornais estudados, três foram as representações de infância identificadas: a da criança “anjinho”, da criança “diabinho” e da criança mal-educada.

A primeira, ao evidenciar características consideradas próprias desse tempo da vida humana, com especial destaque para a inocência, visava valorizar o modo como alguns adultos tratavam e se relacionavam com os pequenos, ao mesmo tempo em que buscava intervir numa realidade contraditória, em que ainda faltava muito para que todas as crianças fossem tratadas e amadas como anjos inocentes, merecedores de carinho e afeto da parte dos mais velhos.

A segunda, embora em princípio sugira ser uma representação negativa ao chamar os pequenos de “diabinhos” era, antes, outra representação positiva da infância, por meio da qual se entendia ser este também um tempo de travessuras e diatribes. Contudo, essa representação demarcava um importante limite entre a vivacidade infantil tolerada e os excessos que uma permissividade exagerada podiam ocasionar e que deviam ser evitadas pelos adultos.

A terceira representação encontrada era a de uma infância indesejada e cujas características, denunciadas por leitores e redatores de jornais, deveria ser modificada pela educação que cabia ser dada pela família ou pelos que lhes fizessem as vezes: a infância “mal-educada”,

própria das crianças que viviam livres e pelas ruas, era, das três identificadas, a única que não podia ser tolerada.

Quanto às sensibilidades despertadas na relação dos adultos com as crianças, todas as representações, com maior ou menor intensidade, buscavam demarcar que, conforme o tipo de infância com a qual se convivia, diferenciada seria a atitude esperada da parte do adulto. Face à infância angelical, esperava-se que os adultos correspondessem com amor, ternura, carinho e atenção. Diante de uma infância diabinha, a tolerância e a paciência seriam atitudes esperadas dos que, na vida, já tinham mais traquejo e experiência. Mas, em se tratando de uma infância “mal educada”, cabia aos adultos intervir, a fim de inculcar nas crianças que a viviam os hábitos e comportamentos socialmente desejados, podendo, nisso, recorrer a palavras e, em casos extremos, até mesmo à violência.

Por fim, verifica-se que a imprensa periódica, de fato, na realidade social em que estava inserida, dando visibilidade aos modelos de infância e de relação entre adultos e crianças desejados e criticando aqueles que urgiam, na ótica de seus produtores ou outros atores sociais que nela registraram suas representações de mundo, serem modificados na jovem Província do Paraná.

Notas

*Doutor em Educação. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação.

¹ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 17 de dezembro de 1884.

-
- ² LACERDA, M.T. B. **Subsídios para a história do teatro no Paraná**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná e Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1975.
- ³ Conferir a esse respeito ARIÈS, P. *Infância*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1986; BECCHI, E. *L'Ottocento*. In: BECCHI, E.; JULIA, D. (a cura di). **Storia dell'infanzia**: dal settecento al ottocento. Roma-Bari: Laterza, 1996 e FERREIRA, A. G. *Modernidade, higiene e controle médico da infância e da escola*. In: ALMEIDA, M. (org.). **Escola e Modernidade**: saberes, instituições e práticas. Campinas: Alínea, 2004. pp. 97-111.
- ⁴ PERROT, M. *As crianças da Petite-Roquette*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 17, 1988. pp. 115-128.
- ⁵ GAY, P. **A educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ⁶ HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 161.
- ⁷ STEARNS, P. **Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ⁸ DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- ⁹ FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ¹⁰ LEITE, M. L. M. *A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem*. In: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 19-52.
- ¹¹ Elaboro essa breve conceituação com base naquelas mais amplas dos seguintes historiadores: CUNNINGHAM, H. **Storia dell'infanzia**. Bologna: Mulino, 1997. p. 7; HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 12; KULHMANN JR., M.; FERNANDES, R. *Sobre a história da infância*. In: FÁRIA FILHO, L. M. (org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15; SOUZA, G. *Apresentação*. In: **A criança em perspectiva**: olhares do mundo sobre o tempo da infância. São Paulo: Cortez, 2007. p. 8; SOUZA, G e SILVA; P. V. B. *Notas sobre história e historiografia da infância*. In: **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008. p. 46. Em termos cronológicos, a infância da qual se fala aqui é aquela cujo término se dava por volta dos 14 anos. Tal baliza, com algumas variações, tem sido observada nos mais diferentes estudos sobre as idades da infância oitocentista no Brasil.
- ¹² CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002. p. 17.
- ¹³ CHARTIER, R. **El mundo como representación**. Estudios sobre historia cultural. Barcelona: Gedisa, 1994, p. IV (tradução livre).
- ¹⁴ A infância da criança escrava e suas representações, em função dos limites deste artigo, não serão aqui analisadas. Tem sido objeto de um estudo específico, cujos resultados em breve serão publicados.
- ¹⁵ No campo da demografia histórica, embora a infância paranaense não tenha sido objeto privilegiado de estudos, algumas informações importantes acerca das circunstâncias de nascimento, batismo, doenças, mortes e prováveis idades de término da infância podem ser encontradas em trabalhos como os de RANZI, S. M. F. **Alemães**

católicos. Um estudo comparativo das famílias em Curitiba (1850-1919). Doutorado, PPGHIS-UFPR, Curitiba, Brasil, 1996 e BARCIK, V. **Campo Largo, 1832-1882:** Demografia Histórica. Mestrado, PPGHIS-UFPR, Curitiba, Brasil, 1990, dentre outros. No campo da história da educação, vejam-se os trabalhos de ANJOS, J.J.T. **Uma trama na história:** a criança no processo de escolarização primária nas últimas décadas do período imperial. Curitiba, PPGE-UFPR, 2009 e MASCHIO, E. C. F. *A infância contadina nas colônias italianas de Curitiba no Paraná.* In: MIMESSE, E. P. (org.). **Bambini Brasiliani:** a infância das crianças ítalo-brasileiras. Jundiá: Paco-Editorial, 2013. pp. 55-92.

¹⁶ O Paraná foi a última província criada no período imperial. Desmembrada da Província de São Paulo em agosto de 1853, foi instalada como província autônoma em 19 de dezembro do mesmo ano, sendo seu primeiro presidente Zacarias Gois de Vasconcellos. Sobre os primeiros passos na organização da província, vide MARTINS, W. **A invenção do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

¹⁷ **O Dezenove de Dezembro.** Curitiba, 01 de abril de 1854. p. 1.

¹⁸ Esses cálculos e os que virão em seguida foram feitos com base nas informações colhidas em MARTINS, A. R. **Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854-1907.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. Todavia, é uma relação parcial e com significativas lacunas, posto que houveram outras folhas que localizei ao longo da pesquisa, em referências esporádicas nos jornais consultados, das quais não sabemos nada além do título. Para os objetivos deste artigo, contudo, julguei que as informações levantadas são suficientes para se ter uma ideia do panorama da imprensa provincial paranaense.

¹⁹ CORUSCANTE, J. *Viagem de Touriste.* in: **Gazeta Paranaense.** Curitiba, 20 de outubro de 1886. Grifos do original.

²⁰ CORUSCANTE, J. *Viagem de Touriste.* in: **Gazeta Paranaense.** Curitiba, 20 de outubro de 1886, Grifos do original.

²¹ MARTINS, A. R. **Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854-1907.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

²² A título de exemplo, dentre os títulos da Hemeroteca Professor Osvaldo Pilotto (famosa por ser constituída somente pelo primeiro número de cada publicação), tal foi a estratégia adotada, dentre outros, pelos jornais *A Opinião* e *O Coritiba*. O primeiro, nas linhas iniciais, avisava: “O sr. que não devolver o exemplar deste jornal que lhe fôr enviado, será considerado assinante. Recebe-se os exemplares devolvidos no escritório da redação, a rua da Escola Oliveira Bello n. 6” (**A Opinião.** Curitiba, 3 de agosto de 1887). O segundo, ia pela mesma direção: “As pessoas que não se dignarem assinar nossa folha, rogamos o obséquio devolverem-na pelo correio à redação” (**O Coritiba.** Curitiba, 23 de janeiro de 1883). O costume já era disseminado, com certeza, em princípios da década de 1870, posto que *O Íris Paranaense* alertava seus leitores: “Aqueles a quem for dirigido o primeiro número desta folha serão considerados assinantes, desde que não o devolvam à tipografia em prazo breve.” (**Íris Paranaense.** Curitiba, 19 de outubro de 1873). Fora da hemeroteca, encontrei um exemplar de *A Vida Literária*, jornal de propriedade de Jaime Balão, que servia-se da mesma estratégia: “Fazemos uma distribuição geral do nosso jornal. As pessoas que não o devolverem, serão consideradas assinantes”. (**A Vida Literária.** Curitiba, 20 de julho de 1887).

-
- ²³ O *Porvir*, publicado em Curitiba na década de 1880, cobrava 1\$500 a assinatura anual para a capital e 2\$000 para outras localidades. (**O Porvir**. Curitiba, 14 de julho de 1882). Já *O Futuro*, impresso em Paranaguá, era mais caro mas fazia o mesmo negócio: o trimestre para a cidade saía por 1\$500 e para fora da cidade 2\$000. (**O Futuro**. Paranaguá, 3 de outubro de 1881).
- ²⁴ PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 104, julho 1998. pp. 144-163.
- ²⁵ Cf. LACERDA, M.T. B. **Subsídios para a história do teatro no Paraná**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná e Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1975.
- ²⁶ DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996. pp. 15-17.
- ²⁷ DARNTON, R. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp.40-90.
- ²⁸ Acerca da possibilidade de escutar as vozes de classes subalternas ou de atores anônimos da história nas páginas de jornais, são exemplares os estudos de THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 305-352 e FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2012.
- ²⁹ VAILATI, L.L. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.
- ³⁰ ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ³¹ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 19 de dezembro de 1885.
- ³² **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 29 de março de 1887.
- ³³ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 5 de julho de 1884.
- ³⁴ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 29 de setembro de 1883.
- ³⁵ **A República**. Curitiba, 24 de maio de 1888.
- ³⁶ **A República**. Curitiba, 30 de julho de 1888.
- ³⁷ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 12 de outubro de 1864.
- ³⁸ **O Paranaense**. Curitiba, 12 de outubro de 1881.
- ³⁹ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 25 de agosto de 1875.
- ⁴⁰ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 19 de novembro de 1886.
- ⁴¹ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 23 de novembro de 1886.
- ⁴² **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 1 de janeiro de 1887.
- ⁴³ **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 13 de março de 1887.
- ⁴⁴ **O Santelmo**. Curitiba, 10 de abril de 1888.
- ⁴⁵ **A República**. Curitiba, 30 de janeiro de 1888.
- ⁴⁶ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 23 de maio de 1855.
- ⁴⁷ **A Província do Paraná**. Curitiba, 01 de janeiro de 1876.
- ⁴⁸ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 07 de fevereiro de 1866.
- ⁴⁹ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 19 de abril de 1873.
- ⁵⁰ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 05 de março de 1861.
- ⁵¹ **O Paranaense**. Curitiba, 16 de dezembro de 1877.
- ⁵² **Gazeta Paranaense**. Curitiba, 22 de setembro de 1886.
- ⁵³ **A Galeria Ilustrada**. Curitiba, 30 de novembro de 1888.

-
- ⁵⁴ ARIÈS, P. **Histoire des populations françaises**. Paris: Seuil, 1971. p. 330, tradução livre.
- ⁵⁵ **A Galeria Ilustrada**. Curitiba, 30 de novembro de 1888.
- ⁵⁶ **A Galeria Ilustrada**. Curitiba, 30 de novembro de 1888.
- ⁵⁷ DARNTON, R. **O diabo na água benta**. A arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 40.
- ⁵⁸ **O Diabinho**. Curitiba, 10 de agosto de 1888.
- ⁵⁹ **O Diabinho**. Curitiba, 10 de agosto de 1888.
- ⁶⁰ **O Diabinho**. Curitiba, 10 de agosto de 1888.
- ⁶¹ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 23 de dezembro de 1878.
- ⁶² **O Paranaense**. Curitiba, 14 de fevereiro de 1879.
- ⁶³ **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 1º de maio de 1875.
- ⁶⁴ **Echo do Paraná**. Paranaguá, 11 de novembro de 1880.
- ⁶⁵ **Pátria Livre**. Paranaguá, 21 de julho de 1889.
- ⁶⁶ FARGE, A. Famílias, a honra e o sigilo. In: CHARTIER, R. (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 563.